

Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia

Paulo Tadeu da Silva
(Org.)

COLEÇÃO
ANPOF
XIX
ENCONTRO



Desde 2013, a ANPOF tem publicado os trabalhos apresentados em seus encontros sob a forma de livros, com o objetivo não apenas de divulgar as pesquisas de estudantes e professores e professoras, mas também de estimular o debate filosófico na área. Esse esforço é particularmente relevante, pois proporciona uma oportunidade única de reunir uma significativa presença de colegas de todo o Brasil, conectando pesquisas e regiões que nem sempre estão em contato. Dessa maneira, a Coleção ANPOF representa um retrato do estado da pesquisa filosófica em um determinado momento.

**Filosofia, História e Sociologia
da Ciência e da Tecnologia**

Comitê Científico

Clara Carnicero de Castro

Claudemir Roque Tossato

Deivide Garcia da Silva Oliveira

Eduardo Sales de Oliveira Barra

Fábio Rodrigo Leite

Gustavo Caponi

Hugh Lacey

José Roberto Machado Cunha da Silva

Júlio Celso Ribeiro de Vasconcelos

Luciana Zaterka

Marcos Barbosa de Oliveira

Marcus Sacrini Ayres Ferraz

Maurício de Carvalho Ramos

Max Rogério Vicentini

Michel Paty

Oswaldo Frota Pessoa Junior

Pablo Rubén Mariconda

Paulo Tadeu da Silva

Regina André Rebollo

Renato Rodrigues Kinouchi

Rodolfo Franco Puttini

Sandra Caponi

Sylvia Gemignani Garcia

Valter Alnis Bezerra

Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia

Paulo Tadeu da Silva
(Org.)



© 2024 ANPOF

Gerente Editorial
Junior Cunha

Editora Adjunta
Daniela Valentini

Produção Editorial
Amanda C. Schallenberger Schaurich
Mônica Chiodi

Instituto Quero Saber
www.institutoquerosaber.org
editora@institutoquerosaber.org

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F488 Filosofia, história e sociologia da ciência e da tecnologia. / organizador, Paulo Tadeu da Silva. 1. ed. e-book - Toledo, Pr.: Instituto Quero Saber, 2024.
102 p.: il. (Coleção do XIX Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF)

Modo de Acesso: World Wide Web:
<<https://www.institutoquerosaber.org/editora>>
ISBN: 978-65-5121-009-9
DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.78>

1. Filosofia.

CDD 22. ed. 100

Rosimarizy Linaris Montanhano Astolphi - Bibliotecária CRB/9-1610

Este livro foi editado pelo Instituto Quero Saber em parceria com a ANPOF.
O teor da publicação é de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores.

O ideal da ausência de valores na mensuração da pobreza

Samuel Maia¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.78.06>

1 Introdução

Desde os seus primórdios, a mensuração da pobreza foi objeto de controvérsia científica e política². O sociólogo e economista Marcelo Medeiros afirma que se é consensual que a pobreza é um tipo de *privação*, o consenso da literatura acaba aí (2012, p. 153). De fato, um dos pontos de maior controvérsia é: que *tipo* de privação constitui a pobreza? Que tipo de coisa uma pessoa deve ser privada para se encontrar em pobreza?

Um sociólogo bastante influente nesta literatura foi Peter Townsend, para quem a pobreza deveria ser concebida como *privação relativa* e medida como tal. Em sua maior obra, *Poverty in the United Kingdom* (1979), ele propõe uma medida de pobreza baseada nessa concepção, a partir da qual ele analisa a pobreza no Reino-Unido (RU). Vejamos a passagem a seguir, onde podemos entender um pouco mais o que ele quer dizer com privação relativa:

Indivíduos, famílias e grupos na população podem ser considerados em situação de pobreza quando lhes faltam os recursos para obter o tipo de dieta, participar das atividades e ter as condições e comodidades de vida que são habituais, ou pelo menos amplamente

¹ Mestrando em filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG.

E-mail: samuelmaia@ufmg.br

² Para uma apresentação panorâmica dessa história, cf. Ravallion, 2016 (capítulos 1 e 2).

incentivadas ou aprovadas, nas sociedades às quais pertencem. Seus recursos estão tão abaixo daqueles em posse do indivíduo médio que essas pessoas estão, efetivamente, excluídas daqueles padrões de vida, costumes e atividades que são comuns (1979, p. 31)³.

A privação relativa é a privação do *padrão de vida de uma sociedade* (1979, p. 54-55). A pobreza é um tipo específico de privação relativa, *i.e.*, aquela que é causada por falta de recursos. Nem toda privação relativa é causada por falta de recursos. Afinal, pessoas podem escolher não participar de diversos elementos do padrão de vida de sua sociedade. Para Townsend, uma medida de pobreza deve operacionalizar essa concepção, ou seja, deve ser uma medida que capta um nível de recurso das pessoas no qual a privação relativa aumenta desproporcionalmente.

Townsend afirma que à medida que ele propõe, ao contrário das que prevaleciam no RU até então, é *objetiva*. Podemos compreender melhor o que ele entende por objetiva se analisarmos seu conceito e medida de pobreza a partir de uma noção da filosofia da ciência, o ideal da ausência de valores. Assim, este é o objetivo deste texto: mostrar como a literatura recente em torno de valores nas ciências pode nos ajudar a compreender melhor algumas das discussões em torno da mensuração da pobreza que foram suscitadas pelo trabalho de Peter Townsend.

Apresentaremos primeiro o ideal da ausência de valor (seção 2), o que Townsend entendia por medidas objetivas e subjetivas (seção 3) e então poderemos compreender melhor o que é e quem não concorda com a posição de que a pobreza é um juízo de valor (seção 4). Terminamos com as maneiras pelas quais é possível rejeitar essa posição (seção 5).

³ As traduções de textos não escritos em português são de minha responsabilidade.

2 Ideal da ausência de valor

Townsend é um notável adepto do ideal segundo o qual valores morais e políticos não devem influenciar terias nas ciências sociais. Em outras palavras, Townsend adota o *ideal da ausência de valores*. Entretanto, nas últimas décadas, vários filósofos (especialmente filósofas) da ciência têm atacado esse ideal, tanto nas ciências em geral e nas ciências sociais em particular. Hoje, há um grupo de acadêmicos que defende o ideal enquanto outro o critica. E, grosso modo, duas questões principais orientam essa disputa: O ideal da ausência de valores é *viável*? Além disso, é um ideal que *deve* ser buscado? Antes de prosseguir, vale a pena especificar o que queremos dizer com valores. Aqui, sigo o vocabulário introduzido pela filósofa americana Helen Longino (1990). Longino repete o famoso argumento de que há uma lacuna entre as evidências disponíveis e as teorias científicas. Isso significa que cientistas invariavelmente empregam valores para defender ou adotar uma dentre diferentes teorias que são, contudo, igualmente apoiadas pelas evidências⁴. Longino distingue dois tipos de valores que podem afetar a ciência: *valores epistêmicos* e *valores contextuais*. Vejamos:

- **Valores epistêmicos:** são valores como simplicidade, precisão, coerência, abrangência, poder preditivo e explicativo.

- **Valores contextuais (ou valores não epistêmicos):** são valores individuais, sociais, morais, políticos, prudenciais ou culturais.

A tese de que as ciências são informadas por determinados valores epistêmicos não é controversa — um pouco mais controverso é determinar *quais* são esses valores epistêmicos. A maior fonte de controvérsia, entretanto, é a tese de que as ciências são informadas por

⁴ Esse é um argumento quiniano clássico, segundo o qual nossa escolha de teoria (ou de conceitos) não pode ser determinada apenas por dados empíricos. Parte do vocabulário em torno desse argumento já havia sido articulado por Kuhn (1977).

valores contextuais. De agora em diante, ao mencionar “valores”, estaremos nos referindo a valores contextuais, a menos que especificado de outra forma. Para os defensores do ideal, os valores contextuais não devem estar presentes na prática científica, pois eles são fontes de preconceito ou vieses, orientando erroneamente nosso juízo sobre questões empíricas. Isso implica que para além dos valores em si, também podemos falar em *crenças que são influenciadas por esses valores*. Chamaremos essas crenças de *sociais*.

Devemos observar que o ideal é uma proposição *normativa* sobre como as ciências *devem* ser. Há também uma *tese* sobre a possibilidade ou impossibilidade de as ciências procederem de acordo com este ideal. Essa tese é *descritiva*, pois procura dizer como as ciências realmente *são* ou *poderiam ser*. Com base em Reiss e Sprenger (2020), ficamos com as seguintes posições:

- **Ideal da ausência de valores:** cientistas devem se esforçar para minimizar a influência dos valores contextuais no trabalho científico.

- **Tese da ausência de valores:** é possível que cientistas colem evidências e avaliem/aceitem teorias sem fazer juízos de valores contextuais ou sem serem influenciados por esses valores.

Para Reiss e Sprenger, o ideal depende da tese de ausência de valor, *i.e.*, a busca desse ideal nas ciências depende dele ser realizável. Discordo deles e concordo com filósofos como Kofi Bright (2018), para quem um adepto do ideal da ausência de valores pode negar que a tese da ausência de valores seja verdadeira. Então, o ideal é apenas é um guia de conduta que deve orientar a prática científica pois, mesmo não sendo possível eliminar os valores de sua prática, há motivos para que cientistas busquem esse ideal⁵.

⁵ Em sua análise de W. E. B. Du Bois, Kofi Bright assim interpreta o ideal da ausência de valores. De acordo com Du Bois, o ideal “pode ser visto precisamente como isso: um ideal que, embora não se possa a ele aderir perfeitamente, deve, no entanto, ser mantido como um anseio, em vez

3 Townsend sobre medidas subjetivas e objetivas

A posição de Townsend está profundamente relacionada à sua defesa de medidas “científicas” da pobreza. Ele acredita, em primeiro lugar, que o estudo de fenômenos como a pobreza é, em última análise, permeado de valores, ou seja, ele acredita que é carregado de valores. Entretanto, ele também acha que cientistas sociais devem se esforçar para evitar ao máximo a influência dos valores, assim como a influência daquelas crenças influenciadas por esses valores, *i.e.*, por crenças sociais (1979, p. 60). Segundo ele, tais valores e crenças tendem a ser parciais ou equivocados e, mais importante ainda, eles de fato influenciaram como medidas anteriores e atuais da pobreza foram construídas. E como cientistas podem evitar tal influência? Priorizando, diz Townsend, valores epistêmicos.

De acordo com isso, ele concebe dois tipos de medidas de pobreza:

- **medidas subjetivas (ou teorias, proposições etc.):** são aquelas que refletem ou são influenciadas principalmente por valores contextuais e crenças sociais sobre a pobreza;

- **medidas objetivas (ou teorias, proposições etc.):** são aquelas desenvolvidas de acordo com o ideal da ausência de valor, *i.e.*, com o esforço para maximizar a influência dos valores epistêmicos e minimizar a influência dos valores contextuais e de crenças sociais.

Mais precisamente, a medida e teoria da pobreza de Townsend são orientadas por um conjunto de valores epistêmicos — entre os quais apenas dois são explicitamente declarados, enquanto os outros podem ser inferidos: poder explicativo, falseabilidade, unificação, comparabilidade e abrangência (1979, p. 38, 232; 1987, p. 140).

de ser descartado como impossível apenas por nunca podermos realizá-lo totalmente” (2018, p. 2244).

Townsend afirma que medidas subjetivas não constituem a pobreza, mas são relevantes para o estudo da pobreza pois elas ajudam a *explicá-la* — influenciam suas causas da pobreza. É por isso que, juntamente com sua investigação da pobreza objetiva, Townsend se empenha em estudar as percepções subjetivas, de indivíduos ou de grupos mais amplos, em torno do tema. É possível que algumas crenças subjetivas estejam de acordo com as objetivas, mas isso é algo a ser investigado. Além disso, a distinção entre subjetivo e objetivo se aplica a diferentes elementos teóricos da pobreza. Por exemplo, uma medida pode ser formulada de acordo com a concepção de que pobreza é privação de renda; ou de acordo com a concepção de que pobreza é privação relativa. A primeira é uma medida subjetiva, a segunda é uma medida objetiva. Além disso, uma pessoa pode fazer um juízo subjetivo sobre sua própria condição, se pobre ou não pobre, ou sobre a intensidade da pobreza em sua sociedade. Em sua pesquisa, *e.g.*, Townsend afirma que as pessoas sistematicamente se enganam (subestimam) o nível de pobreza do RU.

A adesão de Townsend ao ideal da ausência de valor se traduz numa objeção à influência de valores e crenças de não especialistas na análise da pobreza. Na prática, juízos objetivos sobre a pobreza são apenas aqueles realizados pelo cientista social; mais precisamente, por aquele cientista social que guia sua pesquisa de acordo com valores epistêmicos. Não por acaso, uma das críticas que seu trabalho mais recebeu foi que a pobreza a pobreza é necessariamente influenciada por valores e, portanto, seu estudo não pode ser realizado apenas por especialistas. Um exemplo notável de pesquisadora da pobreza que pensava assim é a economista norte-americana Mollie Orshansky (1969). Foi ela quem construiu a medida de pobreza oficial dos Estados Unidos, calculada até hoje. Na verdade, para alguns pesquisadores investigações sobre a pobreza *devem* ser informadas pelas crenças sociais que a ela dizem respeito (Piachaud, 1981). Essa posição foi levada a cabo por

pesquisadores da pobreza como Mack e Lansley (1985) que construíram medidas de pobreza consultando o que a população britânica pensava sobre no que consistia a pobreza. Com isso, Mack e Lansley inauguraram a *abordagem consensual da mensuração da pobreza*. Muito influente na Europa, essa abordagem tem começado a ser empregada na análise da pobreza na América Latina⁶.

Vejamos agora como a posição de Townsend e de seus críticos pode ser analisada a partir da literatura filosófica em torno dos valores nas ciências.

4 A pobreza é um juízo de valor?

Agora, especificaremos as maneiras pelas quais a medição da pobreza pode ou não ser influenciada por valores contextuais. Uma literatura recente em filosofia da ciência, dedicada à questão dos valores nas ciências, formula esse problema a partir da noção de *conceito espesso*. Em uma primeira aproximação, um conceito espesso mistura conteúdo descritivo e normativo. A noção de conceitos espessos foi originalmente cunhada na metaética, onde são debatidas suas propriedades semânticas e epistemológicas⁷. No entanto, aqui seguirei a prática de filósofos da ciência como Alexandrova, que discute conceitos espessos “herdando o mínimo possível [...] [de] controvérsias fundamentais” (Alexandrova, 2017, p. 84).

Em filosofia da ciência, conceitos espessos são invocados por aqueles que desafiam a tese da ausência de valor. Os que fazem isso tomam a presença de conceitos espessos nas ciências como objeções à tese da ausência de valor, na medida em que esses conceitos seriam

⁶ Para uma revisão dessa literatura, cf. Nájera, 2022.

⁷ Algumas das obras de referência sobre conceitos espessos são Williams (1985) e Kirchin (2013). Putnam (2002) se aproxima de nossa proposta pois discute a semântica desses conceitos a partir de conceitos importantes da economia.

típicos *loci* de influência dos valores na ciência.⁸ Há quase um consenso na literatura que conceitos espessos constituem, um espaço de influência de valores especialmente nas ciências sociais.⁹ Como alguns desses conceitos desempenham papéis centrais em teorias, modelos e medidas de disciplinas como a biologia, economia e sociologia, essas disciplinas também são influenciadas por valores. É claro que um entusiasta do ideal da ausência de valores pode concordar que importantes conceitos de interesse dessas ciências são espessos, mas que é possível nos livrar de seus aspectos morais e políticos. Em resposta, filósofos como Putnam (2002) e Djordjevic e Herfeld (2021) afirmam que isso não é possível, e outras como Alexandrova (2017: capítulo 4) afirmam que se isso fosse possível, não seria desejável, ou seja, ela rejeita o ideal da ausência de valor¹⁰.

Antes de prosseguirmos, devemos especificar o que queremos dizer com “normativo”. Seguindo Beck *et al.* (2020, p. 2-3), por normativo estamos nos referindo a dois tipos de juízos: *avaliativos* e *prescritivos*. Juízos avaliativos são aqueles juízos baseados em valores contextuais. Juízos prescritivos são juízos normativos que prescrevem determinadas ações ou comandos, e essas prescrições geralmente se baseiam em valores contextuais.

Agora, vejamos dois sentidos nos quais a pobreza pode ser considerado um conceito espesso¹¹.

⁸ Obras de referência que discutem valores nas ciências e que assumem essa posição são Kincaid *et al.* (2007), Elliot (2017) e Brown (2021). Lacey (1999) oferece uma perspectiva diversa.

⁹ Os seguintes conceitos seriam, de acordo com certos filósofos, espessos: divórcio (Anderson, 2004), desemprego e estupro (Dupré, 2007), bem-estar (Alexandrova, 2017), vício (Djordjevic; Herfeld, 2021) e depressão (Runhardt, 2021). Beck *et al.* (2020) afirmam que a pobreza é um conceito espesso.

¹⁰ Noto que as razões de Alexandrova contra o ideal da ausência de valor nas ciências do bem-estar são bastante parecidas com algumas das críticas que Townsend recebeu, tais como as de Piachaud (1981).

¹¹ Num terceiro sentido, conceitos espessos devem ser entendidos em oposição a conceitos finos, com menos (ou nenhum) conteúdo descritivo e aplicáveis a diferentes contextos

- **Espesso como *avaliativo*.** Quando um conceito de uso ordinário é empregado na ciência, sua extensão e intensão devem ser tornadas precisas. Em certos conceitos, para fazê-lo o pesquisador precisa realizar juízos avaliativos. Assim, a pobreza seria necessariamente carregada de valores pois para se tornar objeto da ciência é necessário fazer juízos avaliativos.

- **Espesso como *prescritivo*.** Classificar uma pessoa como pobre implica certas obrigações morais ou políticas. Por exemplo, identificar quais pessoas estão em pobreza é também identificar aquelas pessoas que devem receber auxílio público para superação de sua pobreza.

Devemos observar que o lado normativo dos conceitos espessos se estende às suas medidas, *i.e.*, ao construir uma medida de um conceito espessos, um pesquisador precisaria enfrentar escolhas avaliativas ou aceitar que os resultados de sua medida implicam certas ações. Na literatura sobre a pobreza, economistas como Alkire *et al.* (2015, capítulo 6) e Anthony Atkinson (2019) afirmam que a mensuração da pobreza envolve juízos normativos em ambos os sentidos.

No restante deste artigo, discutiremos essas duas noções de conceitos espessos a partir de uma escolha fundamental que pesquisadores da pobreza precisam fazer: qual seja o *espaço basal* da pobreza. A noção de espaço basal foi formulada por Amartya Sen no contexto de debates sobre teorias da justiça. Assim ele a define¹²:

O espaço basal de uma teoria de justiça alude ao conjunto mais geral de variáveis que, nessa teoria, vão influenciar diretamente nossa avaliação sobre o que é justo, e, igualmente importante, deixa de lado outras

históricos e culturais — *e.g.*, bom/mau ou certo/errado. Assim, conceitos espessos são aqueles com elementos normativos mas com maior conteúdo descritivo. Isso faria com que sua aplicabilidade fosse mais localizada cultural e historicamente. Este é o sentido de conceitos espessos mais discutido por Williams (1985). Esse sentido, parece-me, pode nos ajudar a compreender o importante debate sobre a natureza absoluta e relativa da pobreza. Infelizmente, falta espaço para isso.

¹² Para uma revisão, *cf.* Sen, 2017.

variáveis [...]. Por exemplo, o espaço basal das teorias utilitaristas de justiça consiste nas combinações de utilidades de diferentes indivíduos, e nada mais — direitos, liberdades, oportunidades, tratamentos iguais — é valorizado, exceto por razões instrumentais ou como indicadores [do espaço basal] (Sen, 2017, p. 334).

O espaço basal da pobreza como um juízo avaliativo. Essa interpretação é mais bem compreendida no contexto da filosofia política. Ali, a escolha do espaço basal da pobreza é equiparada à escolha do parâmetro ou “moeda” da igualdade social e política. A questão sobre a moeda da igualdade política é importante para a justiça distributiva, que respeito a como uma sociedade justa distribui seus benefícios (e encargos) econômicos, políticos e sociais. Filósofos políticos geralmente aceitam que essa distribuição deve seguir pelo menos um princípio igualitário, ou seja, que esses benefícios e encargos devem ser distribuídos igualmente. A questão é que tipo de coisa deve ser distribuída igualmente. Sen chama a “moeda” da justiça de *igualdade basal*, *i.e.*, o tipo de informação que juízos distributivos igualitários devem levar em conta.

Entre os candidatos mais importantes à igualdade basal, temos: renda e riqueza; recursos; bem-estar; capacidades; direitos. O trecho de Sen alude a como a escolha do espaço basal é um exercício de inclusão e de exclusão. De acordo com essa interpretação normativa, a pobreza é a privação da igualdade basal. Em outras palavras, escolher o espaço basal da pobreza é um juízo avaliativo na medida em que o espaço basal da pobreza é equivalente à igualdade basal. Vimos que para Townsend, o a pobreza é a privação relativa, *i.e.*, a privação do padrão de vida da sociedade. Assim, este é para ele o espaço basal da pobreza. Devemos observar que essa noção não está entre as opções que encontramos em filosofia política ao problema da igualdade basal. De fato, o problema da igualdade basal não se encaixa perfeitamente nos espaços basais mais discutidos na literatura de mensuração da pobreza, a saber: renda e

riqueza; bem-estar; necessidades básicas; privação relativa; capacidades; direitos¹³.

De fato, nem todas as interpretações avaliativas colocam a resposta do espaço basal da pobreza como uma questão de justiça. Por exemplo, o filósofo Scott Wisor mostra que o espaço basal das medidas de pobreza global pode se basear em argumentos morais e políticos que não dizem respeito às considerações de justiça, mas sim a considerações humanitárias (2012, p. 99-100). Além disso, pode-se pensar que a pobreza é uma questão de justiça, mas negar que ela tenha algo a ver com o igualitarismo. Por exemplo, a doutrina da suficiência afirma que a justiça distributiva é uma questão de garantir que as condições de vida das pessoas estejam acima de um certo limiar. Este limiar marca o mínimo necessário para uma qualidade de vida decente (suficientemente boa). Se concebemos a pobreza como uma questão não de igualdade, mas desse tipo de limiar, é possível que o espaço basal seja diferente daquele da igualdade basal¹⁴.

O espaço basal da pobreza como um julgamento prescritivo. A interpretação prescritiva da escolha do espaço basal da pobreza afirma que a pobreza é uma *privação inaceitável*. Esse ponto de vista foi notavelmente apresentado por David Piachaud (1981) em sua resenha de *Poverty in the UK* (1979) de Townsend. Desde então, essa

¹³ Até o final da década de 1980, as necessidades eram populares candidatas ao espaço basal de medidas de pobreza, assim como numa alternativa para o problema da igualdade basal (Brock; Miller, 2019). Desde então, ela foi sendo substituída pela abordagem das capacidades. Para uma introdução a tratamentos na filosofia moral e política das necessidades, consulte o verbete de Brock e Miller (2019). Mais recentemente, Christine Synowich tem defendido que o ideal igualitário deveria voltar a se basear em considerações de necessidades (2020).

¹⁴ É possível encontrar perspectivas não igualitárias que fundamentam algumas medidas de pobreza na seção 6 do verbete “Egalitarianism” de Richard Arneson (2013). Um exemplo notável é o do filósofo americano Harry Frankfurt, que defende que ao invés da igualdade, deveríamos nos preocupar com a garantia do mínimo necessário, cf. *Equality as a Moral Ideal* (1987). Na literatura sobre a mensuração da pobreza, essa é a posição de Mack e Lansley, cuja pesquisa buscou construir uma medida de pobreza a partir de “um consenso público sobre qual é um padrão de vida inaceitável para o RU [...] e, se houver esse consenso, [identificar] quem [...] fica abaixo desse padrão” (1985, p. 50).

interpretação prescritiva da pobreza tem sido seguida por pesquisadores da pobreza como Paul Spicker (2006, p. 238) e Ruth Lister (2021, capítulo 1).

Além disso, uma interpretação avaliativa do espaço basal da pobreza pode implicar numa interpretação prescritiva. Veja: Se aceitarmos que o espaço basal da pobreza é a igualdade basal, então a pobreza é uma questão de justiça que exige de nós ações para resolvê-la. Neste caso, as pessoas em situação de pobreza seriam privadas de algo (*e.g.*, renda e riqueza; recursos; bem-estar etc.) que deveria ser distribuído igualmente em uma sociedade.

5 Rejeitando os valores nas medidas de pobreza

Agora, vamos falar brevemente sobre como é possível rejeitar a visão de que a pobreza é um conceito espesso, ou o que um adepto do ideal da ausência de valores poderia fazer caso assumisse que a pobreza é um conceito espesso.

Para melhor compreender isso, vejamos a taxonomia dos principais componentes do ideal da ausência de valor e da tese da ausência de valor, fornecida pelo filósofo americano Hugh Lacey (1999). Adaptando seu esquema, os componentes são:

- **Autonomia:** a agenda científica deve ser moldada apenas pelo desejo de aumentar conhecimento científico, assim como valores contextuais não têm lugar no método científico.

- **Imparcialidade:** as teorias (ou conceitos, medidas etc.):

- são aceitas ou avaliadas somente em virtude de valores epistêmicos — corresponde à *tese* da ausência de valor;

- devem ser aceitas ou avaliadas somente em virtude de valores epistêmicos — corresponde ao *ideal* da ausência de valor;

• **Neutralidade:** as teorias (ou conceitos, medidas etc.) científicas:

- não pressupõem juízos avaliativos, nem implicam juízos prescritivos — corresponde à *tese* da ausência de valor;
- não devem pressupor juízos avaliativos, nem apoiar juízos prescritivos — corresponde ao *ideal* da ausência de valor.

Como Townsend se encaixa nessa taxonomia? Para começar, ele rejeita a autonomia, pois se encaixa numa tradição britânica de pesquisa social em que a ciência é vista como instrumento para o avanço de reformas sociais (O'Connor, 2001, p. 26-44). Em segundo lugar, ele rejeita as duas interpretações da tese da ausência de valor, *i.e.*, ele rejeita que a imparcialidade e a neutralidade sejam teses corretas. Isso porque, segundo ele, a mensuração da pobreza sofre influências de valores contextuais há muito tempo. Na verdade, Townsend desenvolve sua medida de teoria objetiva para obter, em suas palavras, obter um parâmetro de avaliação científico das principais medidas de pobreza de seu tempo. Ele aceita o ideal da imparcialidade, pois como vimos se esforça para fazer suas escolhas de acordo com valores epistêmicos.

Qual é sua posição sobre o ideal da neutralidade? Bom, ele se esforça para que a ciência da pobreza não pressuponha juízos contextuais. Entretanto, de maneira não explícita, ele pensa que caracterizar alguém como pobre implica certos juízos prescritivos. Afinal, a mesma medida de pobreza que ele propõe para medir o tamanho da pobreza no RU é, para ele, o critério a ser seguido pelo estado de bem-estar social britânico ao conceder benefícios sociais. De fato, alguns de seus críticos, como T. H. Marshall (1981, p. 82), argumentam que ele supõe que a descrição da pobreza implica certas políticas sobre a

pobreza.¹⁵ Isso inclusive motivou o surgimento de uma abordagem que busca medir não a pobreza, mas um padrão mínimo de renda a qual todas as pessoas têm direito (e.g., Veit-Wilson, 2020)¹⁶.

Por fim, vamos discutir uma possibilidade interessante para um pesquisador que, como Townsend, aceita o ideal da ausência de valores. Ele pode aceitar a neutralidade (tanto avaliativa quanto prescritiva) mas rejeitar a imparcialidade. Este exemplo pode ajudar. Suponha que uma pesquisadora chamada Maria deseja medir a pobreza do Brasil. Suponha ainda que seus valores contextuais sobre a pobreza sejam diferentes daqueles mantidos pela maioria da sociedade brasileira. Por exemplo, a maioria da sociedade brasileira pensa que o espaço basal da pobreza é a falta de renda e riqueza. Diferentemente, Maria acha que o espaço basal da pobreza é, como Townsend, privação relativa. Qual espaço basal Maria deve adotar ao medir a pobreza no Brasil? Na possibilidade a que aludimos, Maria constrói sua medida não de acordo com seus valores contextuais, mas de acordo com os valores contextuais da brasileira. Neste caso, ela esses valores não cumprem o papel avaliativo ou prescritivo de sua medida de pobreza. Os valores na verdade *constituem* a pobreza. Nesse sentido, Maria rejeita a imparcialidade ao permitir que os valores contextuais da sociedade brasileira moldem sua medida de pobreza. Contudo, ela pode entender que sua análise da pobreza no Brasil não se confunde com a questão sobre qual deve ser a base para uma eventual política de renda mínima no Brasil. Assim, ela rejeita a versão prescritiva da neutralidade. Nas palavras de Sen, a “descrição da pobreza [de Maria] *refletirá*, então, os juízos de valor que são adotados

¹⁵ Repare que estes críticos são o inverso daqueles que, como Piachaud (1981), atribuem a Townsend o erro de ter ignorado que medir a pobreza tem implicações políticas.

¹⁶ Para as relações desta tradição com a literatura em filosofia e economia sobre renda básica, cf. Torry, 2020.

socialmente, em vez de *serem* eles próprios juízos de valor” (1980, p. 366, grifo original)¹⁷.

6 Considerações finais

É na verdade curioso observar como ainda não há trabalhos que tratem temas importantes da literatura sobre a mensuração da pobreza a partir dos trabalhos filosóficos em torno dos valores na ciência. Espero ter mostrado ainda que em linhas gerais, os frutos que isso renderia tomando como ponto de partida a medida e concepção de pobreza de Peter Townsend.

Referências

ALEXANDROVA, Anna. *A philosophy for the science of well-being*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James; SETH, Suman; SANTOS, Maria Emma; ROCHE, José Manuel; BALLÓN, Paola. *Multidimensional Poverty Measurement and Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ANDERSON, Elizabeth. Uses of Value Judgments in Science: A General Argument, with Lessons from a Case Study of Feminist Research on Divorce. In: *Hypatia*, v. 19, n. 1, 2004.

ARNESON, Richard. Equality of Opportunity. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2023/entries/equal-opportunity/>.

ATKINSON, Anthony B. *Measuring poverty around the world*. Princeton-NJ: Princeton University Press.

¹⁷ Foi Anna Alexandrova que primeiro chamou minha atenção para essa possibilidade. Ela também levanta a hipótese de que essa atitude é generalizada entre cientistas que medem fenômenos importantes como pobreza, desigualdade e privação. Como motivo para isso ser assim, ela sugere que “pesquisadores que estudam esses fenômenos não têm a ambição de sobrecarregar a ciência com a tarefa de realizar progresso moral” (comunicação pessoal).

BECK, Valentin; HAHN, Henning; LEPENIES, Robert. Interdisciplinary Perspectives on Poverty Measurement, Epistemic Injustices and Social Activism. In: *Dimensions of Poverty: Measurement, Epistemic Injustices, Activism*. Beck; Hahn; Lepenies. (Orgs.). Cham: Springer, 2020.

BROCK, Gillian; MILLER, David. Needs in Moral and Political Philosophy. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/needs>.

BROWN, Matthew J. *Science and Moral Imagination: A New Ideal for Values in Science*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2020.

DJORDJEVIC, Charles; HERFELD, Catherine. Thick Concepts in Economics: The Case of Becker and Murphy's Theory of Rational Addiction. In: *Philosophy of the Social Sciences*, v. 51, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00483931211008541>.

DUPRÉ, John. Fact and Value. In: *Value-Free Science? Ideals and Illusions*. Kincaid; Dupré; Wylie (Eds.). Oxford: Oxford University Press, 2007.

ELLIOTT, Kevin. *A Tapestry of Values: An Introduction to Values in Science*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

FRANKFURT, Harry. Equality as a Moral Ideal. In: *Ethics*, v. 98, n. 1, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/292913>.

HEILMANN, Conrad; REISS, Julian. (Ed.). *The Routledge Handbook of Philosophy of Economics*. Londres: Routledge, 2022.

KANBUR, Ravi; WAGSTAFF, Adam. How Useful Is Inequality of Opportunity as a Policy Construct? In: *Inequality and Growth: Patterns and Policy*, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9781137554543_4.

KINCAID, Harold; DUPRÉ, John; WYLIE, Alison. (Eds.). *Value-Free Science? Ideals and Illusions*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

KIRCHIN, Simon. (Ed.). *Thick Concepts*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

KOFI BRIGHT, Liam. 'Du Bois' democratic defenc free ideal. In: *Synthese: An International Journal for Epistemology, Methodology and Philosophy of Science*, v. 195, n. 5, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11229-017-1333-z>.

O ideal da ausência de valores na mensuração da pobreza

KUHN, Thomas. Objectivity, Value Judgment, and Theory Choice. In: *The Essential Tension. Selected Studies in Scientific Tradition and Change*. Kuhn. Chicago: University of Chicago Press: 1977.

LACEY, Hugh. *Is Science Value-Free? Values and Scientific Understanding*. Londres: Routledge, 1999.

LISTER, Ruth. *Poverty*. 2. ed. Cambridge: Polity, 2021.

LONGINO, Helen E. *Science as Social Knowledge: Values and Objectivity in Scientific Inquiry*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

MACK, Joanna; LANSLEY, Stewart. *Poor Britain*. Londres: Allen and Unwin, 1985.

MARSHALL, Thomas H. Poverty or Deprivation? In: *Journal of Social Policy*, v. 10, n. 1, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0047279400010382>.

NÁJERA, Hector. Relative Deprivation and the Differential Effects of the Covid-19 Pandemic on the Poor in Mexico. In: *Revista Direito Público*, v. 19, n. 104, 2022.

O'CONNOR, Alice. *Poverty Knowledge: Social Science, Social Policy, and the Poor in Twentieth-Century U.S. History*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

ORSHANSKY, Mollie. How poverty is measured. In: *Monthly Labor Review*, v. 92, n. 2, 1969.

PIACHAUD, David. Peter Townsend and the Holy Grail. In: *New Society*, 1981.

PUTNAM, Hilary. *The Collapse of the Fact/Value Dichotomy and Other Essays*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

REISS, Julian; SPRENGER, Jan. Scientific Objectivity. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/scientific-objectivity>.

RUNHARDT, Rosa W. Reactivity in measuring depression. In: *European Journal for Philosophy of Science*, v. 11, n. 77, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13194-021-00395-0>.

SEN, Amartya K. Description as Choice. *Oxford Economic Papers*, v. 32, n. 3, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.oep.a041484>.

SEN, Amartya K. *Collective Choice and Social Welfare: An expanded edition*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

SPICKER, Paul; LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez; GORDON, David. *Poverty: An International Glossary*. 2. ed. Londres: Zed Books, 2006.

SYPNOWICH, Christine. What's Wrong with Equality of Opportunity. In: *Philosophical Topics*, v. 48, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5840/philtopics202048221>.

TORRY, Malcolm. Minimum Income Standards in the Basic Income debate. In: *Minimum Income Standards and Reference Budgets: International and Comparative Policy Perspectives*. Bristol: Policy Press, 2020.

TOWNSEND, Peter. *Poverty in the United Kingdom: A Survey of Household Resources and Standards of Living*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979.

TOWNSEND, Peter. Deprivation. In: *Journal of Social Policy*, v. 16, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0047279400020341>.

VEIT-WILSON, John. Foreword. In: *Minimum Income Standards and Reference Budgets: International and Comparative Policy Perspectives*. Bristol: Policy Press, 2020.

WILLIAMS, Bernard. *Ethics and Limits of Philosophy*. Londres: Routledge, 1985.

WISOR, Scott. *Measuring Global Poverty: Toward a Pro-Poor Approach*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.



Instituto Quero Saber
www.institutoquerosaber.org
editora@institutoquerosaber.org

Informações técnicas

Capa projetada com ativos de *Freepik.com*

formato: *16 x 23 cm*

tipografia: *Constantia*

Essa coleção desempenha um papel crucial também na disseminação do conhecimento filosófico, tornando disponíveis trabalhos acadêmicos de alta qualidade para um público mais amplo. Essa disseminação é essencial para a formação de estudantes, pesquisadores e entusiastas da filosofia. Além disso, ao publicar obras de autores brasileiros vinculados às pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação filosóficos do país, a coleção destaca e enaltece a produção nacional em filosofia, consolidando a presença do pensamento brasileiro na cena filosófica internacional.

Neste livro reunimos alguns dos trabalhos apresentados no GT Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia, durante o XIX Encontro Nacional da ANPOF, realizado em Goiânia, de 19 a 23 de outubro de 2020.

Agradecemos aos autores e às autoras que contribuíram com seus textos para a realização deste projeto. Esperamos que os leitores e as leitoras aproveitem o rico material filosófico presente neste livro.

